

TIAGO IVO ODON

**VERDADE, LIBERDADE E JULGAMENTO CRIMINAL:
O MODELO DE JUSTIÇA BRASILEIRO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Roberto A. R. de Aguiar

Brasília

2008

TIAGO IVO ODON

**VERDADE, LIBERDADE E JULGAMENTO CRIMINAL:
O MODELO DE JUSTIÇA BRASILEIRO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Roberto A. R. de Aguiar

Brasília, 28 de julho de 2008.

Banca Examinadora

Prof. Roberto A. R. de Aguiar, Dr.

Orientador

Prof. Roberto Freitas Filho, Dr.

Examinador

Prof. Jairo Bisol, Dr.

Examinador

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor Roberto A. R. de Aguiar pelas valiosas leituras indicadas e pela indispensável orientação para a realização deste trabalho.

Agradeço ao Professor Roberto Freitas Filho pelos ricos comentários e pelo auxílio paciente na revisão metodológica do texto. Agradeço, ainda, ao Professor Luiz Eduardo de Lacerda Abreu, pelas críticas pontuais, e ao colega e também Professor Cláudio Araújo Reis, pela criteriosa revisão filosófica feita ao texto.

A liberdade absoluta mete a justiça a ridículo. A justiça absoluta nega a liberdade. Para serem fecundas, as duas noções devem descobrir os seus limites uma dentro da outra. Nenhum homem considera livre a sua condição se ela não for ao mesmo tempo justa, nem justa se não for livre.

Precisamente, não pode conceber-se a liberdade sem o poder de clarificar o justo e o injusto, de reivindicar todo o ser em nome de uma parcela de ser que se recusa a extinguir-se. Finalmente, tem de haver uma justiça, embora bem diferente, para se restaurar a liberdade, único valor imperecível da história. Os homens só morrem bem quando o fizeram pela liberdade: pois, nessa altura, não acreditavam que morressem por completo.

Albert Camus, em *O Mito de Sísifo*

RESUMO

O trabalho analisa o processo penal no âmbito de um modelo epistemológico de justiça procedimental, a partir do qual critica o critério de justiça hoje adotado pelo modelo brasileiro, o da verdade real, e propõe a sua substituição por outro critério, o da liberdade dialética. Nesse sentido, o trabalho defende a concepção do processo penal como um modelo puro de justiça procedimental, em que o critério de justiça não valora o resultado, por ser esse modelo o mais adequado em relação à teoria política de justiça inscrita na Constituição. Para justificar a proposta, o trabalho analisa dois modelos históricos de justiça penal, o medieval e o moderno, nos quais procura identificar as relações entre verdade e procedimento e entre procedimento e teoria política de justiça. Após analisadas essas relações, o trabalho defende que o modelo de justiça penal hoje adotado pela lei processual brasileira, um “modelo natural”, não é coerente com a teoria política de justiça anunciada na Constituição, e que deveria ser substituído por um “modelo construtivo”, com base em um critério procedimental. Assim, o trabalho propõe um norte para uma política pública de justiça penal.

Palavras-chave: Justiça procedimental. Verdade. Liberdade. Teoria política de justiça.

ABSTRACT

The work analyzes the criminal procedure in the scope of an epistemologic model of procedural justice, from which it criticizes the criterion of justice today adopted by the Brazilian model, the real truth, and considers its substitution for another criterion, the dialectic liberty. In this direction, the work defends the conception of the criminal procedure as a model of pure procedural justice, where the criterion of justice does not value the outcome, for being this model the most adjusted in relation to the political theory of justice enrolled in the Constitution. To justify the proposal, the work analyzes two historical models of criminal justice, the medieval and the modern models, in which it intends to identify the relations between truth and procedure and between procedure and political theory of justice. After analyzing these relations, the work defends that the model of criminal justice today adopted by the Brazilian procedure law, a “natural model”, is not coherent with the political theory of justice announced in the Constitution, and that it should be replaced by a “constructive model”, on the basis of a procedural criterion. Thus, the work proposes a north for a public policy of criminal justice.

Key words: Procedural justice. Truth. Liberty. Political theory of justice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃOErro! Indicador não definido.

CAPÍTULO 1

VERDADE E TEORIA POLÍTICA DE JUSTIÇAErro! Indicador não definido.

1.1 Os conceitos de verdade **Erro! Indicador não definido.**

1.2 O processo penal brasileiro e o modelo natural..... **Erro! Indicador não definido.**

1.3 O modelo construtivo **Erro! Indicador não definido.**

1.4 A teoria política de justiça **Erro! Indicador não definido.**

1.5 Conclusão **Erro! Indicador não definido.**

CAPÍTULO 2

VERDADE E LIBERDADE NO JULGAMENTO CRIMINAL MEDIEVALErro! Indicador não definido.

2.1 As grandes transformações epistemológicas: indivíduo, vontade e conhecimento..... **Erro! Indicador não definido.**

2.2 A justiça antiga e a dialética de Aristóteles **Erro! Indicador não definido.**

2.3 A justiça medieval **Erro! Indicador não definido.**

2.3.1 A redescoberta do direito romano e o mos italicus **Erro! Indicador não definido.**

2.3.2 Uma nova verdade **Erro! Indicador não definido.**

2.3.3 A teoria política de justiça medieval **Erro! Indicador não definido.**

2.3.4 O julgamento criminal medieval **Erro! Indicador não definido.**

2.4 Conclusão **Erro! Indicador não definido.**

CAPÍTULO 3

VERDADE E LIBERDADE NO JULGAMENTO CRIMINAL MODERNOErro! Indicador não definido.

3.1 A liberdade epistemológica **Erro! Indicador não definido.**

3.2 A teoria política de justiça moderna **Erro! Indicador não definido.**

3.3 A justiça moderna **Erro! Indicador não definido.**

3.3.1 A epistemologia da liberdade do continente europeu..... **Erro! Indicador não definido.**

3.3.1.1 A nova epistemologia e a “causa” no direito penal brasileiro	Erro! Indicador não definido.
3.3.2 A epistemologia da liberdade da ilha inglesa	Erro! Indicador não definido.
3.3.2.1 Uma nova concepção de ciência: da certeza à probabilidade.....	Erro! Indicador não definido.
3.3.3 O julgamento criminal moderno e a herança inglesa	Erro! Indicador não definido.
3.3.4 O desvio epistemológico: o sistema penal misto.....	Erro! Indicador não definido.
3.3.5 O constitucionalismo e os dois Estados de Direito da Modernidade	Erro! Indicador não definido.
3.4 Conclusão	Erro! Indicador não definido.

CAPÍTULO 4

VERDADE E LIBERDADE NO JULGAMENTO CRIMINAL BRASILEIRO	Erro!
Indicador não definido.	

4.1 A herança jurídica do velho continente	Erro! Indicador não definido.
4.2 O modelo de justiça penal brasileiro	Erro! Indicador não definido.
4.3 O acesso à justiça.....	Erro! Indicador não definido.
4.4 Conclusão	Erro! Indicador não definido.
CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido.